

A era helenística: os reflexos do fim da pólis na formação do indivíduo

The Hellenistic age: the repercussions of the end of *polis* in the individual's education

Mariângela Areal Guimarães
Doutoranda do PPGF-UFRJ
Bolsista da CAPES

Resumo: O período helenístico situa-se entre a época da grande expedição de Alexandre Magno (334-323 a.C) e a conquista do Antigo Egito pelos romanos (30 a.C.). Esse momento histórico gerou profundas transformações na cultura helênica. Para as escolas filosóficas que então surgiam, a tarefa que se impunha era a de mostrar ao homem que, em meio a tantas crises políticas, sociais e culturais e com a perda de antigos valores e crenças, era possível ser feliz internamente. A proposta deste artigo consiste em analisar os reflexos do fim da *pólis* na formação do homem grego visando mostrar que a realização da vida humana não se encontrava mais na participação da vida pública, mas internamente no próprio indivíduo.

Palavras-chave: Helenismo; fim da *pólis*; indivíduo

Abstract: The hellenistic period set between the time of the great expedition of Alexander the Great (334-323 b.C.) and the conquest of Egypt by the Romans (30 b.C.). This historical moment produced deep transformations in the Greek culture. The philosophical schools flourishing at the time were faced with the task of showing man the possibility of attaining *eudaimonía*, a man who was surrounded by political, social and cultural crises and saw the loss of old established values and beliefs. The aim of this paper is to show that the flourishing of human life was not centered on man's taking part in public life, but rather on his own internal life.

Keywords: Helenism; the end of *pólis*; individual

O período helenístico situa-se entre a época da grande expedição de Alexandre Magno (334-323 a.C) e a conquista do Antigo Egito pelos romanos (30 a.C.). Esse momento histórico gerou profundas transformações na cultura helênica¹, sendo considerado,

¹ É importante destacar a distinção entre os termos helênico e helenístico. Por helênico, entende-se todo um período histórico, antecedente a Alexandre, o Grande em que as colônias gregas, embora estivessem em processo de expansão e estabelecessem relação com outras culturas, sobretudo em função das crescentes atividades comerciais; sentiam-se ligadas por laços culturais, ou seja, a língua, os costumes, a religião às suas

pela maioria dos historiadores, como um dos períodos mais importantes da história da civilização ocidental. Para as escolas filosóficas que então surgiam, a tarefa que se impunha era a de mostrar ao homem que, em meio a tantas crises políticas, sociais e culturais e com a perda de antigos valores e crenças, era possível ser feliz internamente. Antes de abordarmos as diferentes escolas da filosofia helenística, vamos a um breve panorama histórico-político dessa nova era².

A Grécia do séc. IV a.C. viveu em um quadro de guerra. A cidade de Atenas, comandada por Címon e Péricles no séc V, tornara-se uma potência imperial e seu sistema democrático de governo contrastava com as tradicionais oligarquias, como as de Esparta. Reunindo aliados, Esparta formou a liga do Peloponeso e partiu para guerra com Atenas. Esse confronto deflagrou a Guerra do Peloponeso que durou de 431 a 404 a.C. Com forte poderio bélico, Esparta derrotou Atenas, porém teve sua hegemonia abalada após a perda da Messênia e na batalha de Leuctras em que foi derrotada por Tebas (371-369 a.C.). O triunfo de Tebas teve sua queda marcada pela batalha da Mantinéia que, embora vitoriosa, foi, não obstante, ocasião da morte do general Epaminondas, estrategista excepcional, em muito responsável pelas vitórias do exército tebano. Em seguida, Tebas, ameaçada por Felipe II da Macedônia, que estendia seus domínios sobre toda Grécia e planejava retomar as colônias gregas da Ásia Menor que eram continuamente molestadas pelos persas, aliou-se à Atenas. No entanto, terminou derrotada pelo rei macedônio e seu filho, Alexandre, em Queroneia, em 338 a.C., o que marcou o fim da independência da Grécia. Em 336 a.C., com a morte de Felipe II e a pacificação dos Bálcãs promovida por Alexandre (335 a.C.), os gregos pensaram estar quebrada a hegemonia dos macedônios, mas ela é retomada pelo novo Imperador que devasta Tebas. Dando continuidade ao projeto de seu pai de libertar as cidades gregas da Ásia Menor, Alexandre parte para a conquista do Império Persa. No

cidades gregas de origem. Já o termo helenístico, caracteriza um período em que ocorre um processo de helenização de todo Mediterrâneo, provocado pelo espírito conquistador de Alexandre. O termo helenístico é derivado da palavra grega *hellenizein*, que significa helenizar, isto é, tornar grego.

² As referências históricas citadas neste trabalho foram retiradas das seguintes obras: GLOTZ, Gustave. *La cité Grecque*. Ed. Albin Michel, 1988. COHEN, Robert. *La Grèce et L'Hellenisation du Monde Antique*. Ed. PUF, 1948.

oriente, desviando os conflitos bélicos do interior da Grécia para o interior do imenso domínio dos persas na Ásia e invertendo a postura defensiva dos gregos que há mais de um século haviam sido invadidos por aqueles – primeiro na expedição de Dario contra Atenas, depois na campanha de Xerxes contra toda Grécia – à frente de um numeroso exército, Alexandre conquistou a Síria, a Fenícia, a Palestina, as capitais do Império Persa e parte da Índia e do Egito, onde fundou a cidade de Alexandria. Porém, o seu projeto grandioso de fundir, num único Estado, a península Balcânica, a Ásia e os países do Mediterrâneo Oriental, termina com sua morte precoce, aos trinta e três anos, em 323 a.C., vítima de uma violenta febre.

Com a conclusão do parágrafo anterior quisemos aludir ao fato de que o Império construído por Alexandre não sobreviveu à sua morte como unidade política e militar, mas a unificação entre as culturas grega e médio-oriental, que deu origem à cultura helenística, triunfou, num certo sentido. Alexandre herdou de seu pai o talento político-militar e, assim como ele, procurou, provavelmente influenciado também por Aristóteles, seu preceptor, respeitar as culturas dos povos conquistados. Suas valiosas iniciativas civilizadoras são identificadas pelas diversas medidas de intercâmbios culturais que promoveu entre o ocidente e o médio-oriental, estabelecendo de modo determinante a cultura grega entre os povos. Todavia, com a morte de Alexandre, as diversas províncias de seu imenso império começaram de imediato a manifestar desejos de independência, desejos esses que os respectivos governadores, todos generais (*diádocos*) de Alexandre, tiveram que enfrentar. Esses conflitos resultaram na divisão do Império Macedônico em três grandes reinos: Reino do Egito, da Síria e da Macedônia. Com o poder centrado nas mãos dos monarcas, inauguravam-se as monarquias helenísticas, num período em que a liberdade política vigente nas pólis gregas clássicas passou definitivamente a não mais existir.

Originariamente as comunidades gregas, denominadas de clãs, estavam inseridas num regime familiar, patriarcal e religioso em que a liberdade individual era restrita, podemos dizer até mesmo nula. Formavam unidades independentes, e cada clã seguia sua própria tradição. Ao chefe da família, soberano inclusive na relação com os clãs vizinhos, cabia fazer cumprir a vontade divina. Tratava-se de uma

justiça de caráter inquestionável, a *thémys*, normalmente revelada através de inspirações nos sonhos ou nos oráculos. A organização em clãs, no entanto, gerou inúmeros problemas de convivência. Como reconheciam apenas a ligação de sangue como relação entre os homens, não havia por parte de um clã o reconhecimento da propriedade e dos interesses dos outros clãs que haviam se estabelecido em sua vizinhança. Quando um clã sedentarizava-se, tomando, pela conquista guerreira, áreas férteis que achava serem suas, dificilmente era possível apaziguar os conflitos que se tornavam cada vez mais constantes. A rivalidade entre os diversos clãs fazia com que a relação entre os homens fosse de natureza instável, gerando, por vezes, conflitos dentro do próprio clã. A inimizade entre os clãs fez com que se enfraquecessem mutuamente frente a um inimigo externo. A vida de conflitos constantes, a instabilidade e a insegurança levaram os clãs a buscarem um tipo de vínculo que não o de sangue, mas o da razão, através de um acordo. O acordo estabelecia, assim, uma assembléia de iguais, em que cada um, levava em consideração os interesses das outras partes com o objetivo de compensar prejuízos sofridos, restabelecendo o equilíbrio entre os diversos clãs e, conseqüentemente, a igualdade. Mas, além dessa assembléia que decidia sobre os conflitos internos, havia também uma reunião de todos os chefes de clãs para decidir sobre a posição comum de todos os clãs com relação aos problemas externos. Essa assembléia tornou-se a assembléia política.

Com a desagregação dos clãs e a aproximação de seus líderes, a fim de solucionarem os constantes conflitos, surgiu uma nova formação social: a *pólis*. A sobrevivência dos clãs, na constituição da *pólis*, passou a dar-se através das comunidades plurais, os *demói*, que compunham a unidade da *pólis*. Portanto, o surgimento da *pólis* grega finda o sistema familiar dos clãs, em que o patriarca exercia soberanamente o poder, e inaugura um novo cenário, com a participação dos *demói*, em que a concepção de vida comunitária não se submete mais às suas decisões, mas à *diké* da comunidade das cidades. Na *pólis*, mesmo não havendo sido ainda institucionalizado um regime formal político-democrático, havia o direito à fala pública numa assembléia onde se concentrava a vida política da cidade. Nesse contexto, a arte oratória passava a ser de grande importância não apenas pela técnica de discursar, mas também pelos valores da cultura

grega, pois para dominar a audiência era necessário dominar os valores pelos quais esta se orientava. O espaço em que os homens se encontravam para discutir sobre os destinos da *pólis*, a *ágora*, era o lugar natural das relações humanas onde os gregos pretendiam organizar os anseios da comunidade através da participação dos membros de cada *demos* na constituição das leis. Com a *pólis*, a virtude não era mais dada pelo nascimento, ou seja, pelo sangue. Contrária à concepção dos antigos clãs em que o homem uma vez nascido nobre, seria sempre nobre, surgia uma nova concepção de nobreza. O nobre era aquele que formava um caráter virtuoso pelos seus atos. Portanto, a vida na *pólis* exigia que se tivesse um modo regular de agir em que quanto mais se obedecesse a uma lei moral, mais se teria a virtude para cumpri-la. Essa nova concepção de virtude era fruto da articulação entre os homens através da convivência na *pólis*.

A *pólis* nasceu de um acordo entre homens que não tinham nenhuma ligação por natureza, ou seja, não tinham nenhuma ligação de sangue. Quando dois clãs que nada tinham em comum começavam a fazer um acordo para vencer um inimigo comum, um novo modo de relação despontava. Na medida em que os chefes dos clãs sacrificavam-se pelo acordo, o tornavam uma lei vigente pelos seus atos. Na dimensão política, todas as possibilidades humanas são ordenadas em uma hierarquia, fazendo com que todos obedeçam a um governo em que as regras correspondem a um complexo sistema que coordena o todo da cultura humana. O homem grego passava, então, a ser um cidadão que deveria cumprir regras éticas e políticas, que articulava relações e estabelecia compromissos cívicos para além da ligação familiar. No entanto, sucessivos conflitos de interesses políticos, culturais e econômicos abalaram a hegemonia das cidades – Estado gregas. No final do séc. V, com a perda da Guerra do Peloponeso por parte de Atenas, esta *pólis* não ficou destruída apenas fisicamente, mas, sobretudo teve os valores que organizavam aquele *modus vivendi* fortemente questionados. Os diversificados contatos que o mundo grego passava a ter cada vez mais intensos com outros tipos de cultura, tanto por meio de guerras como por meio de comércio, também contribuíram para a inquietação do homem frente às regras de convivência e de organização das *pólesis* vigentes na cultura grega. Diante de um organismo político já profundamente

enfraquecido, temos, no famoso monarca Felipe II, pai de Alexandre, a submissão de um grande número de *póleis* gregas ao poderio macedônio. Mas é com o domínio de seu filho, Alexandre, o Grande, que as *póleis* perderam sua autonomia na cultura grega. Alexandre foi o responsável pela total revolução no mundo helênico, pois abarcou todos os âmbitos, minando, do sentido ao formato, as cidades-Estado. A unificação por ele proposta submetia não apenas cidades, mas países e raças, criando, enfim, uma nova cultura. Nesse momento, a *pólis*, não sendo mais o centro em torno do qual o homem estabelecia relações nem vivenciava mudanças, deixou definitivamente de ser a referência ético-política das relações humanas. A cidade-Estado grega viveu seus momentos de glória, período em que foi cenário das mais importantes manifestações criadoras da humanidade, mas não sobreviveu às implacáveis vicissitudes, transformações e revoluções a que foi submetida. Sem governo, as cidades não pareciam mais ser passíveis de um sistema político, fosse democrático ou oligárquico. Mas os gregos seguiam necessitando de ordem e unidade. Diante desse quadro, o homem deixava de ser um cidadão e passava, com a criação dos reinos pelos diádocos de Alexandre, a viver sob um regime monárquico a quem cabia apenas acatar as determinações do Estado. Em decorrência desse novo regime formal, o homem canalizava-se cada vez mais para a experiência individual visando soluções para os problemas referentes à sua sobrevivência.

Podemos observar que frente aos marcantes acontecimentos supracitados, o homem da era helenística sofreu uma total ruptura de valores com relação à época clássica, perdendo sua identidade como cidadão e vendo-se subjugado à nova ordem política³. Com isso, identificamos como importante característica do período helenístico, inicialmente, o desinteresse e, em seguida, o afastamento da vida pública por parte dos membros da comunidade. Toda essa transformação ético-política impôs, conseqüentemente, aos filósofos

³ Veremos, no decorrer do texto, que as escolas filosóficas da era helenística se preocupavam mais com o homem individualmente e com as questões éticas da vida, do que com o homem enquanto cidadão político. Podemos entender que esta mudança está de algum modo ligada a pouca habilidade revelada pelos reis helenísticos de estabelecer a ordem, o que contribuiu para o sentimento generalizado de um mundo sem governo em que a alternativa era o refúgio no interior de si mesmo.

da era helenística, herdeiros diretos da tradição filosófica de Platão e Aristóteles, uma radical reflexão acerca dos problemas a serem enfrentados por esse homem carente de um novo sentido de vida. A Grécia pós-Alexandre estava sem força representativa, era instável e moralmente frágil. Diante desse contexto sócio-cultural, totalmente diferente, os Estados não se firmaram como um ideal ético-político capaz de servir de referência ao homem grego que já não mais se sentia inserido na situação política como cidadão, já que viviam de monarquias em que o monarca não tinha limites ao seu poder, conforme a tradição macedônica e a dos povos orientais e africanos dominados por Alexandre. A filosofia da época, revendo conceitos e valores universais morais antes teorizados por Platão e Aristóteles e confrontando-os com o período que se iniciava, entendeu que o homem ao perder o vínculo com sua cidade de origem em função da dissolução do sistema político que o alicerçava e ao estabelecer contato com diversas culturas, passava a ser um cidadão do cosmos, *cosmopolites*. O cosmopolitismo da era pós-Alexandre, marcava para este novo tipo de homem que surgia, anteriormente tão identificado à sua própria cultura e a seu próprio povo, um momento de dúvidas e incertezas quanto ao seu modo de vida. Trata-se, portanto, de um período em que vigia um ideal de universalização da humanidade no qual as relações morais e interpessoais passaram a ser mais presentes do que as relações políticas. Um cidadão do cosmos cuja base está na natureza igual de todos os homens nada tinha a ver com que a maioria dos gregos prezava mais, ou seja, que o mais importante era o fato de em seu Estado a lei estar acima de todos os homens. A condição de o homem ser, não um cidadão de um Estado definido, mas um cidadão do cosmos que, em última instância significava obedecer às leis da natureza, surgia como um modo de vida outro que não o vigente até então. Com isso, iniciava-se uma fase em que a pluralidade das diferentes possibilidades de relações humanas não dependia mais apenas das atividades políticas, mas encontrava-se aberta a uma condição sem fronteiras. Consequentemente temos que, desse cosmopolitismo, decorre a idéia de indivíduo. Ou seja, uma vez que o homem não podia mais encontrar no *ethos* do Estado os valores e o sentido da própria vida, via-se obrigado a voltar-se para si mesmo, buscando internamente, em suas próprias bases, suas referências morais. Até mesmo em Atenas, onde a antiga cena cívica parecia fazer

de tempos em tempos tentativas de sobreviver, apesar de totalmente desgastada e moralmente enfraquecida, vítima de ambições políticas, corrupções e interesses escusos, o homem via-se pertencente a si mesmo. Podemos entender que então, a partir desse período, a ética não estava mais apenas vinculada à política. A ética da era helenística estava fundamentada no homem e nas relações humanas, considerando suas singularidades e autonomia.

Frente a essa nova condição em que o homem não é mais tão somente parte desse todo do Estado, nem tampouco pode compreender a si próprio como parte desse referido Estado, e que, em consequência disso, encontra-se sem referências de todo tipo, identificamos o terreno propício para o surgimento de novas filosofias de cunho moral, agora voltadas para o indivíduo. O homem, então, que experimentava o enfraquecimento progressivo da cidade, via-se direcionado a buscar seu próprio valor. Constitutivo desse contexto, temos também questionados os valores religiosos. De fato, a total revolução do período, abarcou completamente a religião grega, que foi perdendo sua força e progressivamente sendo substituída pelos cultos de mistérios oriundos da Ásia. Para os gregos, as divindades que não foram capazes de proteger nem as cidades nem os próprios homens, foram paulatinamente deixando de ser fonte de amparo. Posto isso, a quem poderiam os homens reclamar suas angústias e aflições? Entregues à sorte (*tyché*) ou voltados à necessidade (*ananché*), os homens, sentindo-se desamparados, viam principalmente nas filosofias nascentes, a possibilidade de encontrar uma nova forma de orientação. Aos seus discípulos, os filósofos da era helenística procuravam fornecer meios de alcançar verdadeiramente uma perfeita felicidade interior.

As escolas filosóficas que nasciam nesse período pouco se pareciam com as filosofias desenvolvidas nos séculos precedentes, tanto do período arcaico quanto do clássico. Mas apesar de o espírito do momento ser completamente novo, havia numerosos pontos de contato com a Antiguidade. Em função desses pontos, podemos perceber tanto as influências assimiladas e transformadas quanto as questionadas e descartadas. Vale ressaltar, no entanto, que, aos novos filósofos, cabia, primordialmente, ensinar aos homens encontrar novas regras de conduta a fim de alcançarem a felicidade internamente e, sob esse aspecto, inauguravam um novo modo de filosofar. No percurso

de suas filosofias, vemos que a possibilidade desse ensinamento dependia de uma concepção de universo determinada pela razão, a ser desenvolvida segundo uma prática. Para eles, assim como para tantos outros filósofos da antiguidade grega, a finalidade da vida humana igualmente consistia na aquisição da felicidade. No entanto, diferentemente de Platão e Aristóteles, que submetiam toda prática a uma política, a conquista da felicidade dependia exclusivamente da prática. Sabemos também que na filosofia da Grécia clássica, embora a prática não tenha sido acentuada diretamente, estava pressuposta na teoria. Ou seja, havia um primado da teoria, por intermédio da política, com relação à prática que não a excluía. Mas a prevalência da prática na filosofia helenística deve-se a total integração estabelecida entre a filosofia e o modo de vida. Ou seja, a filosofia prática consiste na maneira pela qual, no homem, a sabedoria opera. Portanto, podemos entender que, nesse momento, o desenvolvimento da vida humana dava-se no exercício de sua individualidade, pois era com a prática que a prática podia dar-se com sabedoria.

Os grandes dogmatismos da era helenística foram marcados por uma tendência à disciplina de escola em que, através da prática, buscava-se consolidar os ensinamentos teóricos, já determinados como verdadeiros, que responderiam pela autoconfiança e segurança de cada indivíduo. Diferentemente da busca da verdade pelo Platão-socrático, que mantinha em aporia seus questionamentos, a filosofia helenística, marcada pela preocupação com os problemas da vida, seguia um racionalismo dogmático que pretendia encerrar as questões através de soluções. Porém, embora diferente, a filosofia helenística não exclui sua identidade com a filosofia clássica e, através de sua dimensão prática, revela-nos dois aspectos fundamentais em seu desenvolvimento que partiram da tradição. Por um lado, a influência platônica quanto à sistematização de suas filosofias. Por outro lado, o seu afastamento do sentido metafísico das filosofias do período clássico e, em contrapartida, a aproximação de um pensamento a partir de categorias imanentistas e físicas. Nisso percebemos não só a relação de identidade e diferença entre os períodos clássico e helenístico, como a remissão desta concepção filosófica materialista à física dos pré-socráticos de onde as escolas do helenismo extraíram seus conceitos ontológicos constituintes de suas teorias da *phýsis*. Sob o ponto de vista da visão moral da vida, no entanto, não podemos

deixar escapar o forte traço socrático das escolas helenísticas, ainda que de forma menos especulativa, sobretudo dos socráticos menores, em especial das escolas cirenaica e cínica que, respectivamente, influenciaram os epicuristas e os estóicos. O predomínio do problema ético reflete a convergência de todas as especulações ao Bem que, para os cirenaicos, consistia no prazer e, para os cínicos, na natureza entendida como auto-suficiente e, por isso, identificada à liberdade. Mas, apesar desse ponto em comum, isto é, o Bem como fim supremo, não podemos esquecer que, contrariamente ao novo *ethos* que se estabelecia fundado sobre o homem individual, Sócrates, Platão e Aristóteles ensinavam a virtude política, como já dissemos, pressupondo a total identificação entre o homem e o cidadão. Fundamentalmente, o maior legado dos ensinamentos socráticos que encontramos nas filosofias desse período, refere-se à máxima de que ao filósofo cabe, além de pensar, saber viver e morrer de acordo com o que pensa. Ou seja, saber viver e morrer conforme sua doutrina. Logo, vemos que os filósofos helenistas, no esforço de edificação de suas escolas e apesar de encontrarem-se sob influências de diversas filosofias, seguiam transformando valores e constituindo suas próprias bases na busca pela formação do indivíduo.

No final do século IV e início do século III a.C., apesar da forte rivalidade cultural estabelecida pela cidade de Alexandria, fundada por Alexandre no Egito, e por outros novos centros culturais como os de Pérgamo, Antióquia e Rodes, Atenas continuava sendo o cenário natural da filosofia grega. Atraídos pelas antigas tradições filosóficas fundadas e estabelecidas em Atenas, especialmente a Academia e o Liceu, os novos filósofos aportavam na cidade, em sua maioria vindos de regiões leste do Mediterrâneo. O intenso intercâmbio cultural da época fomentou diferentes interesses, sobretudo valorizando pesquisas na área das ciências naturais e no estudo da matemática tanto na Academia de Platão quanto na escola peripatética, o Liceu. Com isso, não devemos entender que os problemas apresentados e teorizados por Platão e Aristóteles foram abandonados, e sim que foram subordinados ao problema do supremo bem humano. A escola estóica, principal corrente da era helenística, desenvolvia-se formando um sistema integrado a fim de compreender não apenas o mundo, mas, principalmente, o lugar do homem no mundo. Ou seja, importou-se, primordialmente, com as soluções que

podia oferecer aos homens a fim de que pudessem alcançar a felicidade que, neste momento, constituía-se como a serenidade livre de perturbações: a *ataraxia*. A obtenção dessa serenidade do espírito tornou-se o ideal do sábio para quem os problemas do ser e do conhecer constituíam meios, e não fins como para a tradição, na medida que servissem como solução para os problemas da vida humana.

A Academia fundada por Platão em Atenas em 387 a.C. passou por várias fases até ser fechada em 529 d.C. por Justiniano, imperador da Constantinopla, em nome da hegemonia da fé cristã. O projeto acadêmico inicial de Platão consistia em formar, através da filosofia, homens capazes de renovar politicamente o Estado. Isto é, tinha como objetivo final o saber e a ciência buscados pelo seu valor ético-político. Mas as diversas fases pelas quais passou a Academia, capitaneada por diferentes sucessores, revelou-nos que a originalidade da visão platônica foi perdida. Logo após sua morte, Platão foi sucedido por Espeusipo em 347 a.C.. Seguido por Xenócrates, Pólemon e Crates, que representaram a Antiga Academia (347-316 a.C.). Neste período, prevaleceu uma interpretação do platonismo matemática e cosmológica, de inspiração pitagórica. Normalmente, os historiadores da filosofia antiga⁴ atribuem à excessiva abstração da Antiga Academia, com suas ramificações místicas, que guardavam alguns traços do próprio Platão, o desinteresse de uma época de características imanentistas. Mas foi, sobretudo no campo da ética, que o estoicismo distinguiu-se do platonismo vigente e sabendo atrair de modo mais contundente seus contemporâneos, servindo-lhes de referência moral. No entanto, temos como forte influência originária desse período da Academia dois aspectos. Primeiro, a tripartição do sistema filosófico em lógica, física e ética, proposta por Xenócrates, segundo na sucessão de Platão e escolarca da Academia por vinte e cinco anos. Essa divisão, entende-se, é originária de Platão, que teria acrescentado à física pré-socrática e à ética socrática a dialética, formando um grande sistema. Segundo aspecto: este de caráter ético e de igual importância para os filósofos helenísticos, consiste na definição dada por Espeusipo acerca da felicidade em conformidade com a natureza. Este conceito, embora tenha sido assimilado por todas

⁴ As referências sobre o platonismo helenístico encontram-se em: REALE, Giovanni. *História da Filosofia Antiga*. Vol. III. Edições Loyola, São Paulo, 1994. pg. 75 a 106.

as escolas dessa era, guardadas as devidas diferenças no que concerne à natureza, não foi valorizado e compreendido pelo homem grego da época como norteador de seus princípios éticos a partir da Antiga Academia. Apenas com o desenvolvimento das novas escolas, sobretudo da estoíca, podemos notar a vigência deste conceito como de capital influência na vida dos gregos antigos.

O médio platonismo de Arcesilau (315-240 a.C.) deu características céticas ao platonismo, mantidas por Carneades (219-129 a.C.) que inaugurou a Nova Academia. O ceticismo acadêmico, estabelecido por Arcesilau, ocupou-se principalmente das críticas ao dogmatismo estoíco. Contrário às verdades dogmáticas, dedicou-se a demonstrar que a tese oposta podia igualmente ser provada, o que mostrava a impossibilidade de proferirem-se certezas absolutas. Atribuiu-se a esse movimento um retorno, em parte, ao socratismo, na medida em que se valorizava mais a investigação do que a própria conclusão. No entanto, diferentemente de Sócrates, Arcesilau não criticou as opiniões ou os não-filósofos, mas as falsas certezas do dogmatismo estoíco. Carneades deu prosseguimento às críticas feitas por seu antecessor, tendo também dirigido-as principalmente aos estoícos, sobretudo a Crisipo, responsável direto pela continuidade do estoicismo antigo, no entanto, de modo mais sistemático. Especialmente sob o ponto de vista da história da filosofia, o ceticismo acadêmico é de fundamental importância para o acesso à filosofia do estoicismo antigo, pois foi também através de suas críticas que tivemos entrada no pensamento estoíco.

À frente do Liceu, sucedendo Aristóteles, de 322 a 288 a.C. esteve Teofrasto que, ao contrário de seu mestre, não se manteve interessado nas especulações filosóficas tanto quanto nas pesquisas científicas⁵. Os interesses de Teofrasto foram prioritariamente científicos, tendo sobretudo na botânica sua conquista essencial. Assim, afastando-se do sentido último da filosofia aristotélica, o primeiro sucessor do Liceu iniciou o processo que, mais tarde, veio a deflagrar a decadência da escola, momento em que a física toma o lugar da metafísica. Nesse período são nítidas as tendências a buscar soluções empíricas, mecânicas e imanentistas. Até mesmo na ética são visíveis os contornos empiristas de Teofrasto. No que concerne à

⁵ As referências sobre o Liceu na era pós-aristotélica encontram-se na mesma obra de Giovanni Reale (ver nota 5) pg. 111 a 134.

felicidade, por exemplo, seguindo seu mestre, afirmou serem indispensáveis os bens exteriores, e polemizando com os estóicos, considerou ilusória a crença de que apesar dos infortúnios a felicidade era possível.

Mas foi com Estraton de Lâmpsaco, segundo na sucessão de Aristóteles de 288 a 270 a.C., que a doutrina do Liceu passou a ser uma forma de materialismo e de imanentismo de modo integral, reforçando seu caráter de estudo da física. Com isso, podemos identificar que o Liceu não estava, nesse momento, sintonizado com a problemática moral tão presente na época. Provavelmente esse tenha sido um dos fatores que marcaram o desinteresse por parte dos gregos, em geral, dos ensinamentos da escola. No entanto, vemos que a pouca influência da escola aristotélica na era helenística é atribuída, especialmente, a não circulação das obras esotéricas, estas de maior força especulativa e profundidade que os textos exotéricos aos quais se tinham acesso nesse momento⁶. Apenas na segunda metade do século I a.C. quando foi feita uma edição sistemática dos escritos de acesso restrito aos alunos da escola, ditos esotéricos, por Andrônico de Rodes, tivemos acesso à filosofia de Aristóteles. Um outro ponto que também explica a não popularidade do Liceu na era helenística deve-se ao fato de que, apesar de os interesses dos sucessores de Aristóteles não serem exatamente compatíveis com as investigações filosóficas de seu mestre, no que concerne à elitização da escola, mantiveram sua proposta, reservando a poucos que tinham possibilidade de estudar seus ensinamentos. Ao contrário, podemos observar que nas escolas emergentes, especialmente no estoicismo, os homens têm acesso às discussões, que mesmo sendo disseminadas através dos dogmas da escola, ofício de especialistas, são resumidas a seus seguidores sob forma de regras práticas de vida. Portanto, as normas e os comportamentos ditados pelos mestres de cada doutrina valiam para todo homem justamente porque o que estava em causa era a vivência individual de cada um independente de seu conhecimento. Esse

⁶ De origem grega, o termo exotérico significa: exterior, popular, destinado aos leigos. O termo esotérico que significa no interior, na intimidade, surgiu na época helenística. Os textos de Aristóteles ditos esotéricos referiam-se aos ensinamentos proferidos no Liceu a discípulos já instruídos. Já os textos exotéricos, expressavam ensinamentos passíveis de serem transmitidos ao grande público e não somente a um grupo seletivo de alunos.

aspecto constituía a mudança fundamental comparado ao período clássico, em que se dava importância às especulações filosóficas, pois para isso eram necessárias condições que dependiam de outras circunstâncias tais como as econômicas, sociais e políticas, e que não propriamente levava em conta a questão moral individual.

As escolas socráticas menores - megárica, cínica e cirenaica, também participantes da fase inicial da filosofia na era helenística, exerceram notável influência respectivamente no pensamento cético, estoíco e epicurista. Como já sabemos, Sócrates, além de influenciar Platão, igualmente marcou outros pensadores cujas escolas tornaram-se conhecidas como socráticas menores. Essas escolas, descendentes dos pensadores originários, ditos pré-socráticos, são consideradas como perpetuadoras de suas linhas de pensamento referente à física, às quais acresceram a preocupação humanista de Sócrates. Mas identificamos, sobretudo na ética, o traço mais marcantes dessas filosofias e, de modo geral, de todas as demais escolas da era helenística: as preocupações voltadas para as regras do bem viver.

A escola cínica, de inspiração eleática e socrática⁷, pregava que a vida se bastava a si mesma. Segundo Diógenes Laércio⁸, Sócrates teria dito a Antístenes, quando este mostrava o buraco de suas vestes, que deveriam evidenciar seu desapego aos bens mundanos: *“Vejo o seu orgulho através destes buracos”*. O cinismo teve em Diógenes de Sínope (413-323 a.C.), discípulo do fundador da escola, Antístenes (440-360 a.C.) – este discípulo direto de Sócrates - seu representante mais fiel. Sua máxima indicava que o homem tinha sempre à sua disposição o que era necessário para ser feliz, bastando para isso saber identificar as efetivas exigências de sua natureza. *“Diógenes andava gritando repetidamente que os deuses concederam aos homens fáceis meios de vida, mas que, entretanto, esconderam da vista humana esses meios.”*⁹

A vida natural, próxima ao viver de todo ser vivo animado, ou seja, do animal, aliado à razão humana, fundava as regras de um

⁷ Dedicada à dialética e a seu aspecto erístico, sem abandonar a ética socrática quanto ao valor da intenção moral.

⁸ *Vidas e doutrinas dos filósofos ilustres*, livro VI, 1. Nas próximas citações, esta obra de Diógenes Laércio aparecerá abreviada como DL.

⁹ DL VI, 44.

viver sem metas e sem as necessidades e o conforto das comodidades desejáveis pelo homem. A negação das convenções sociais retratava bem o estilo de vida dos cínicos, avesso às buscas das riquezas, das honras e coisas afins. “*Costumava (Diógenes) fazer qualquer coisa à luz do sol, mesmo o que diz respeito a Demeter e Afrodite... Costumava masturbar-se em público e dizia: Quem me dera pudesse aplacar a fome, esfregando-me o ventre.*”¹⁰

No entanto, não foi este o traço característico absorvido pela doutrina estoica, a qual o cinismo influenciou. Zenão de Cítio (333-262 a.C.), que foi aluno de Crates (365-285 a.C.), discípulo de Diógenes, acolheu de seu mestre o princípio da autarquia, o ideal supremo do *bastar-se a si mesmo*. Este princípio foi considerado fundamental para o homem grego dessa era, pois possibilitava alcançar o sentimento de liberdade interna, segundo os estoicos, única possível. “*Dizia Diógenes que é próprio dos deuses não ter necessidade de nada, de quem é semelhante aos deuses, ter necessidade de pouco.*”¹¹

Uma outra passagem de Diógenes que exprime seu ideal autárquico em que a felicidade independe do mundo exterior, refere-se a um encontro que teve com Alexandre, o Grande, em que este, do alto de seu poder monárquico, se dispôs a oferecer-lhe qualquer coisa que desejasse: “*Diógenes tomava sol no Crâneo, aproximando-se Alexandre disse: “Pede-me o que quiseres”. E Diógenes respondeu: “Deixa-me o meu sol.*”¹²

O cinismo, embora tenha respondido a algumas exigências da era helenística, através do princípio da autarquia e da ataraxia, ao propor a extrema contestação das convenções e dos valores consagrados pela tradição, demonstrou fragilidade de fundamentos e de práticas que auxiliassem o homem a realizar seu ideal de vida. Temos, sobretudo no estoicismo, a apropriação dessas ideias, porém encaminhados através da virtude.

Os estoicos estavam convencidos de que o universo era passível de uma explicação racional e era ele mesmo estruturado a partir do *lógos*. Para o grego da Antigüidade, o *lógos* era um elemento primeiramente identificado à natureza e totalmente integrado ao

¹⁰ DL VI, 69.

¹¹ DL VI, 104.

¹² DL VI, 38.

universo. Portanto, a natureza, constituída de razão, era compreendida como um elemento divino de todo o cosmo; era vista como um sopro vital. Entendiam que em todo corpo presente no mundo físico estava contida essa força do sopro vital que anima e dá vida à realidade: *é o princípio divino que está em todas as coisas*¹³. Como o universo abarca tudo o que existe e o homem é parte desse todo integralmente, um dos postulados fundamentais da ética estóica enunciava que a natureza humana deveria estar em harmonia com a natureza cósmica. Por conseguinte, podemos concluir que tanto os eventos universais, como também em particular as ações humanas são decorrentes do *lógos*.

O homem, ao dar-se conta dessa condição e reconhecendo suas implicações, deveria agir de modo a estar totalmente de acordo com a natureza, adaptando seus desejos e suas expectativas ao *lógos*-universal. Isto é, o homem deveria buscar a plena harmonia entre suas ações e o curso natural das coisas. No entanto, para *viver de acordo com a natureza*¹⁴ é preciso saber como apreender corretamente a realidade para, então, poder conhecer os fatos verdadeiros. Em seguida, o homem, ao identificar quais são as decorrências éticas desse conhecimento, compreenderia o nexa causal dos acontecimentos em sua vida. Para os estóicos, ao termos apreensões corretas, teremos conseqüentemente reações corretas em relação à realidade, e seremos mais felizes, naturalmente sintonizados ao universo.

Referências bibliográficas

BRÉHIER, Émile. *Les Stoïciens*. Textos traduzidos por Émile Bréhier, editados sob a direção de Pirre – Máxime Schuhl. Bibliothèque de La Pleiade. Paris. Gallimard, 1962.

BRUNSCHWIG, Jacques. *Études sur les philosophies hellénistiques*. Paris. PUF, 1995.

¹³ *Les Stoïciens*, textos traduzidos por Émile Bréhier, editados por Pierre-Maxime Schuhl, Bibliothèque de La Pleiade. Prefácio, pág. XVI. “...souffle igné qui l’anime, émanation divine qui pénètre tout.”

¹⁴ Ver DL VII 87 “o fim da *phýsis*, dizia, é viver de acordo com a natureza, que é o mesmo que viver de acordo com a virtude.”

GAZOLLA, Rachel. *Ofício do Filósofo estóico – O duplo registro do discurso da Stoa*. São Paulo. Loyola, 1999.

HADOT, Pierre. *O que é a Filosofia Antiga?*. Trad. Dion Davi Macedo. São Paulo Loyola, 2004.

INWOOD, Brad. *Os Estóicos*. Organizador Brad Inwood. Trad. de Paulo Fernando T. Ferreira. São Paulo. Odysseus, 2006.

LONG, A. A. *Hellenistic Philosophy – stoics, epicureans, sceptics*. Ed. Duckworth, 1986.